

Pobre não pode ficar doente

CARLOS HONORATO

Pelo Novo Dicionário da Língua Portuguesa, a palavra saúde significa “conservação da vida. Estado do indivíduo cujas funções orgânicas, físicas e mentais se acham em situação normal; estado do que é sadio ou são”. Só que o sentido literal da palavra não pode ser usado — seja qual for a hipótese — para os chamados “descamisados”, que foram usados como retórica de campanha eleitoral e embriagados pelo sonho de que num futuro próximo poderiam ter moradia, filhos na escola, comida e atendimento médico sério e digno. Nada aconteceu. Muita coisa piorou, principalmente a saúde do brasileiro.

Aliás, saúde que já não vinha bem desde os anos 70, quando a subnutrição respondia por 43% das mortes de crianças antes dos quatro anos. Poucos se lembram do patético anúncio do então ministro da Saúde, Mário Machado Lemos, anunciando uma campanha nacional de combate à esquistossomose, que já contaminara 80% da população dos estados da Bahia, Sergipe, Alagoas e Pernambuco. Do outro lado desta triste cena brasileira, a Sucam anunciava que a malária já havia se alastrado por quase 80% do País, num universo populacional de 34,4 milhões de habitantes distribuídos por 1.523 municípios.

Na mesma época o Governo lançou o personagem “Dr. Previnildo”, que aparecia em todos os meios de comunicação tentando esclarecer a população sobre os principais sintomas do câncer. Hoje, a imagem do personagem está esquecida na história da falência do nosso sistema de saúde, tanto público como privado, enquanto inúmeras Comissões Parlamentares de Inquérito acumulam toneladas de papéis contendo um tema quase que unânime: malversação do dinheiro público em benefício de poucos e prejudicando uma população que

não consegue consumir 800 calorias por dia.

O pior de tudo é que o Governo — este senhor de escravos, pois só exige trabalho e sacrifício — sabe de tudo o que acontece. Basta ler um recente estudo do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), dos economistas André Cezar Médiçi e Francisco de Oliveira, mostrando que a rede de saúde do Brasil está sucateada e não tem qualquer condição de atender à população. Os dados chegam a ser assustadores para um País com um discurso mentiroso de que está se preparando para ingressar no Primeiro Mundo.

Só na área de consultas ginecológicas e obstétricas, o déficit já atingiu 16,1 milhões. Traduzindo estes números, 16,1 milhões de mulheres não conseguiram consultar um médico. E isto em apenas um ano. Outro dado incrível é que o déficit de consultas no Nordeste já atingiu 5,4 milhões, o que funciona como um agente diabólico para os altos índices de mortalidade infantil. Mas todo este quadro surrealista tem muito a ver com a corrupção desenfreada que habita o sistema.

Tal grau de dificuldades não tem — pelo que se sabe até agora — qualquer perspectiva de melhora. Os recursos estão escassos e os cortes são cada vez maiores. Basta lembrar que o Fundo de Assistência Social (FAS) já chegou a investir US\$ 111 milhões em saúde no ano de 1980, reduzindo para US\$ 64,7 milhões em 1988. O resultado da falta de uma política de saúde está bem clara a qualquer cidadão. Basta, apenas, precisar de um médico ou de uma cirurgia mais complicada, não ter dinheiro e ser obrigado a procurar a rede pública. Esta triste experiência está todos os dias nas páginas dos jornais. E não acontece nada.

■ Carlos Honorato é editor-executivo do *Jornal de Brasília*